

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2012 – NÚMERO 2/2012

Aos trinta e um dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 17 horas e 55 minutos.

ATAS

Procedeu-se à apreciação e votação da ata nº 20 da reunião de Câmara de 25 de Outubro de 2011. A ata, sem alterações, foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Vereador João Pedro Arraiolos, que se absteve por não ter estado presente.

Procedeu-se à apreciação e votação da ata nº 21 da reunião de Câmara de 11 de Novembro de 2011. Com as alterações propostas pela Vereadora Regina Ferreira, a ata foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se à apreciação e votação da ata nº 22 da reunião de Câmara de 22 de Novembro de 2011. A ata, sem alterações, foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Sónia Sanfona chamou a atenção para a necessidade de se alterar o dispositivo que regula o horário da iluminação pública, dado que a Vereadora constatou que existem alguns desperdícios. Perguntou também por desenvolvimentos em relação às obras de substituição do telheiro da Escola B. 2,3/S de José Relvas e pediu esclarecimento sobre que entidade é responsável pela manutenção dos equipamentos desportivos da mesma escola. Esta última preocupação da Vereadora prende-se com o facto de ter tido conhecimento do estado deficitário das balizas, o que representara perigosidade para os utilizadores.

A Vereadora Regina Ferreira reiterou a intenção de conhecer o destino que o Executivo pretende dar ao edifício da Escola das Faias, bem como o ponto de situação relativamente ao Regulamento de Transportes. Pediu ainda esclarecimentos sobre as candidaturas ao QREN para requalificação urbanística do Frade de Cima, candidaturas que inicialmente teriam sido rejeitadas mas que estariam em preparação novamente neste início de ano. A Vereadora pediu também um ponto de situação relativamente ao problema da reposição de terras na zona da Guarita. Por último, a Vereadora referiu-se à iluminação pública, perguntando se a gestão da diminuição da iluminação pública está prevista apenas para a Rua José Relvas ou se se destina a todo o Concelho.

O Presidente começou por explicar, relativamente ao telheiro da Escola B. 2, 3/S, que a situação se encontra no mesmo pé em que estava na última reunião, não obstante a constante pressão que a Autarquia tem feito junto da DREL-VT para assumirem formalmente o compromisso com os custos da obra. O Presidente garantiu que a Câmara não vai desistir até que a obra avance e assegurou que o Executivo apoiará qualquer tipo de manifestação pública de descontentamento por este estado de coisas, nomeadamente ações que possam surgir no seio da comunidade escolar ou da Associação de Pais.

Quanto aos equipamentos desportivos das escolas, o Presidente afirmou serem da responsabilidade da Autarquia, pelo que registou o alerta da Vereadora e irá providenciar para que a situação se resolva o mais rapidamente possível.

Relativamente ao edifício da Escola das Faias, o Presidente adiantou que o espaço será utilizado por diversas coletividades do Concelho, sob celebração de protocolos que estipulem as condições da cedência das salas, sendo que as coletividades ficarão responsáveis pela manutenção dos espaços que lhes forem atribuídos. A proposta final deverá vir à Câmara para conhecimento, mas o Presidente informou que, após solicitação do Grupo de Dadores de Sangue, se tinha decidido ceder a cantina e uma faixa de terreno a essa coletividade para a realização de colheitas de sangue. Também após solicitação, está prevista a cedência das salas do edifício central aos Escuteiros e à ASAL (Universidade Sénior). Por último, a Câmara está a reservar ainda um outro espaço para a criação de uma Loja Social, área na qual os serviços de Ação Social da Autarquia farão a recolha e gestão de bens e materiais que serão depois distribuídos pelas famílias mais carenciadas.

No que respeita ao Regulamento dos Transportes, o Presidente informou que ele de facto ainda não está concluído.

Relativamente à requalificação urbana do Frade de Cima, o Presidente explicou que há intenção de submeter duas candidaturas a fundos comunitários, uma delas diz respeito aos arruamentos e já discutida em Reunião de Câmara. A propósito desta candidatura o Presidente adiantou que traz um assunto para ser discutido fora da agenda, pelo que remeteu a discussão para essa altura. Quanto à outra candidatura em preparação, trata-se da requalificação ambiental da zona central do Lugar, no espaço entre o polidesportivo e a antiga escola do 1º ciclo, candidatura que será apresentada assim que sejam divulgados os novos prazos para entrega das candidaturas ao QREN.

O Vereador Carlos Pereira respondeu às restantes questões. Relativamente à iluminação pública, o Vereador explicou que a redução das luminárias, bem como a retificação dos horários, foi acordada em reunião com a EDP. Ficou acordado que a empresa procederia inicialmente à redução das luminárias na Rua José Relvas e que os trabalhos se estenderiam depois a outras ruas da Vila e dos Lugares. Entretanto passaram duas semanas e a EDP ainda não procedeu aos trabalhos nas restantes ruas, pelo que o Vereador já voltou a entrar em contacto com a empresa a fim de os pressionar.

Já quanto à Guarita, o Vereador informou que a Câmara não pode dar mais andamento aos trabalhos porque o proprietário não deixa que os funcionários da Câmara abram uma valinha no seu terreno, o que solucionaria o problema definitivamente. De qualquer forma o problema foi minimizado, muito embora se tenha de esperar pela chuva para verificar se a solução encontrada é suficiente.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE PROPOSTAS:

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL

- **Gabinete de Ação Social** – Informação nº 1 AS/2012 – Pagamento em 20 parcelas de €10,00 e 1 de €14,5 e dívida da CAF relativa ao ano letivo 2009/2010 de Seromina Elizaveta.

Deliberado por unanimidade autorizar o pagamento nas condições pretendidas.

- **Gabinete de Ação Social** – Informação nº 6 AS/2012 – Pagamento em 6 parcelas de € 20,00 de dívida da CAF relativa ao ano letivo 2010/2011 de Juliana Sofia da Silva Peres.

Deliberado por unanimidade autorizar o pagamento nas condições pretendidas.

- **Gabinete de Ação Social** – Informação nº 7 AS/2012 – Alteração do escalão B, atribuído pela Segurança Social, para escalão A relativa a Débora Alexandra Pimentel. Deliberado por unanimidade autorizar a alteração de escalão pretendida.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO

- **Gabinete de Comunicação** – Informação nº 3 GC/2012 – Proposta de Logótipo para o Festival de Bandas 2012 a realizar em 31 de Março de 2012.

Deu-se conhecimento.

GABINETE DE CULTURA

- **Gabinete de Cultura** – Informação nº 4 GC/2012 – Proposta do Regulamento e da Ficha de Inscrição para o Festival de Bandas 2012 a realizar em 31 de Março de 2012.

O Presidente propôs que este documento deixasse de ser designado por regulamento e passasse a ser entendido como um conjunto de normas regulamentares, evitando a ida à Assembleia Municipal, dado que esse expediente iria atrasar o processo e, tratando-se de uma atividade tão específica, não tem suficiente abrangência que justifique a discussão na Assembleia Municipal.

Depois de o Vereador João Pedro Arraiolos apresentar em traços gerais as linhas das normas para este Festival, a Vereadora Sónia Sanfona fez algumas propostas de alteração de redação do documento.

Com as alterações propostas pela Vereadora Sónia Sanfona e consensualizadas entre os membros do Executivo, o documento foi aprovado por unanimidade.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- **Informação Interna sem nº datada de 06/01/2012** – Proposta de valor para o seguro de Responsabilidade Civil destinado a cobrir riscos associados à atividade referente à instalação de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis no montante de € 500.000,00 a praticar pelo município de Alpiarça.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de valor para este seguro.

GABINETE TÉCNICO

- **Informação Interna nº 131** – Aprovar trabalhos adicionais da empreitada “Centro Escolar de Alpiarça” – 3º adicional ao contrato no valor de € 64.273,40.

O Engenheiro José Portugal explicou que estes trabalhos adicionais se devem ao suprimimento de erros e omissões de projeto.

Deliberado por unanimidade aprovar os trabalhos adicionais, de acordo com informação técnica.

- **Informação Interna nº 141** – Aprovar Trabalhos Adicionais da empreitada de “Construção do Centro Escolar” – 1º Adicional ao contrato no valor de € 850,12.

Deliberado por unanimidade aprovar o 1º adicional ao contrato.

VÁRIOS:

- **Divisão Administrativa e Financeira** – Modificação ao Orçamento – Alteração nº1/2012.

Não obstante este ponto não carecer de aprovação, a Vereadora Sónia Sanfona pediu alguns esclarecimentos, nomeadamente saber a que é que se destina o reforço de 45 mil euros na rubrica de estudos, pareceres, projetos e consultorias, bem como, relativamente ao reforço de 40 mil euros para as assembleias distritais, em que moldes é que este órgão continua a funcionar, qual é a participação da Autarquia e qual o retorno dessa participação. No que respeita à rubrica dos encargos com a saúde, a Vereadora perguntou a que é que se deve o acréscimo de 115 mil euros e, na rubrica de terrenos, a que é que se destina os 8 mil euros acrescentados.

Antes de a Vereadora Regina Ferreira colocar as suas questões, o Vereador Carlos Pereira adiantou que para responder a algumas destas questões teria de ir consultar os documentos, dado que não está presente a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que foi quem redigiu o documento.

A Vereadora Regina Ferreira pediu também esclarecimentos relativamente ao reforço de verbas, nomeadamente na rubrica da vigilância e segurança e do pessoal em regime de tarefa ou avença.

O Vereador Carlos Pereira começou por explicar que geralmente a primeira e a última alterações do ano ao orçamento são geralmente as que têm os montantes das alterações mais elevados, dado que só depois da conceção do orçamento em Outubro é que se fazem os balanços anuais finais o que origina oscilações nos saldos que têm posteriormente de ser corrigidos no início do ano. Os reforços a que as vereadoras fazem menção derivam desse acerto. Concretamente a que é que se destinam as verbas alteradas, o Vereador não está em condições de responder, embora saiba que, por exemplo, a verba destinada à segurança no Museu se deve ao facto de a verba precedente não ter sido suficiente, e a verba inscrita na rubrica da Saúde tem que ver com as despesas do pessoal com a ADSE referente ao mês de Dezembro.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que esta despesa da ADSE referente ao último mês do ano devia ter sido prevista inicialmente no orçamento.

O Presidente comprometeu-se em fazer chegar às vereadoras explicação para as restantes alterações. Já em relação à Assembleia Distrital, este valor tem que ver com a dívida que existe e que ainda não foi liquidada. De resto, o Presidente partilha da opinião da Vereadora Sónia Sanfona relativamente à relevância deste órgão.

A Vereadora Sónia Sanfona deixou a sugestão de que a Autarquia de Alpiarça colocasse em sede própria a questão da pertinência da manutenção da estrutura daquele órgão, até porque esse órgão não tem competências e o património que possui dificilmente pode ser restaurado com as verbas que os municípios transferem.

O Presidente lembrou que é possível ainda recorrer a uma candidatura a fundos comunitários, com a participação dos vários municípios, para a recuperação da Colónia Balnear da Nazaré, algo que já foi discutido em sessão da Assembleia Distrital, sessão na qual se discutiram também as questões que a Vereadora colocou, nomeadamente a eventual extinção do órgão, que fica sempre dependente do património comum tutelado pela Assembleia Distrital. O Presidente lembrou também que se a Assembleia Distrital se extinguir, o mais provável é que o património desse órgão passe a ser propriedade do Estado.

A Vereadora Sónia Sanfona argumentou que esse património devia estar nas comunidades Intermunicipais.

O Vereador Carlos Pereira explicou ainda que a posição da Autarquia é que só avança para o pagamento da verba em atraso se houver definição por parte da Assembleia Distrital.

- Divisão Administrativa e Financeira – Modificação às GOP's – Alteração nº 1/2012

Deu-se conhecimento.

- Núcleo de Amigos do Cicloturismo de Alpiarça – NACA – Solicita colaboração com a CMA na organização do Curso Carnavalesco.

Deu-se conhecimento.

- Fundação José Relvas – Agradecimento da oferta de 12.640 Kg de Bolo Rei.

Deu-se conhecimento.

- **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Revisão curricular “Os Verdes” querem estudos sobre número de alunos por turma.

Deu-se conhecimento.

- **Alunos do ensino secundário de Alpiarça** – Reivindicações entregues ao Presidente da Câmara em 27/01/2012 aquando da manifestação na frente dos Paços do Concelho, contra as políticas educativas do Governo.

Deu-se conhecimento.

- **Tagusgás** – Extensões a executar em 2012 no Município de Alpiarça.

Deu-se conhecimento.

Terminada a ordem do dia, o Presidente propôs a entrada de um outro ponto fora da agenda para revogação de uma deliberação da Câmara de 27 de Dezembro de 2012.

Posta à votação, a entrada deste ponto fora da ordem do dia foi aprovada por unanimidade.

- **Projeto de Execução de Arruamentos em Frade de Cima – Ruas Josué Peralta; Rua Norton de Matos; Rua S. Martinho** – revogação da deliberação da Câmara de 27/12/2011.

O Presidente explicou que depois da aprovação em Reunião de Câmara deste projeto houve a necessidade de ajustar a designação e alguns aspetos de pormenor no conteúdo deste projeto de arruamentos no Frade de Cima aos novos eixos do programa INALENTEJO decorrente da reformulação do QREN.

Deliberado por unanimidade anular a deliberação da reunião de Câmara de 27 de Dezembro de 2011 que aprovava o projeto de Execução de Arruamentos no Frade de Cima e respetivos cadernos de encargos.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, era vinte horas e trinta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.